

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

FOLHA DA TARDE

Class.:

398

Data

04/08/80

Pg.:

Funai recusa cartas e os demitidos recorrem à OAB

BRASILIA (FT) — O cel. Ivan Zanoni Hausen, autorizado pela Presidência da Funai a negociar o retorno dos 21 demitidos aos quadros do órgão tutor, não aceitou as primeiras cartas encaminhadas por nove funcionários. O argumento usado pelo Diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário é de que as cartas (todas com o mesmo texto) são "anódinas". O cel. Hausen sugerira textos "individuais", mas os demitidos optaram por um texto único.

Diante da recusa, os funcionários dirigiram-se à Ordem dos Advogados do Brasil — seção — DF e o presidente Maurício Correa vai procurar o cel. Nobre da Veiga, presidente da Funai. A partir daí os funcionários deverão processar a Funai na Justiça Trabalhista uma vez que no motivo alegado para as demissões basearam-se na Consolidação das Leis Trabalhistas, embora o elemento gerador da crise tenha sido uma carta assinada por estes 21 funcionários onde denunciavam ao ministro Andreazza os rumos da atual política indigenista, "completamente afastada dos ideais de Rondon".

As nove cartas foram entregues dia 28 de julho e dois dias depois o texto delas era criticado. A crítica principal é de que o texto é "anódino", mas o que há por detrás deste adjetivo é uma grande frustração, pois a Funai esperava cartas de "arrepentimento" e elas solicitavam apenas que se reconsiderasse o ato de demissão e não os motivos causadores.

CONDIÇÕES

Entre as condições impostas pela Funai para acertar as cartas estava a de que as mesmas não fossem coletivas, pois "os atos de demissão foram individuais". Além disso os demitidos não deviam falar na SBI — Sociedade Brasileira de Indigenistas, entidade criada no início deste ano numa tentativa de mais tarde ser transformada em sindicato de indigenistas. A Funai não reconhece a SBI e desde o início ameaçou de demissão os funcionários que insistissem na organização.

A Sociedade dos Indigenistas é, na verdade, a grande causa desta

crise. Constituída por indigenistas, sertanistas e antropólogos a entidade vinha ganhando força, pois ninguém melhor do que funcionários que trabalham com índios há mais de 12 anos, desde os tempos do extinto Serviço de Proteção aos Índios, para dizer o que está errado na política indigenista brasileira. E estes erros vinham sendo apontados com frequência cada vez maior e mais fundamentados, através de relatórios dos que trabalham em campo e conviviam com as realidades das diferentes nações indígenas.

A atual administração da Funai não suportou as acusações mas, antes de respondê-las, demitiu os acusadores. Indisciplina foi o termo usado para classificar estas denúncias, pois a nova orientação dos administradores (todos eles coronéis e sem nenhuma experiência anterior com índios) é a obediência, tendo como lema: "Você serve à Funai, e pago por ela e não pelos índios. Você deve defender a Funai." Esta frase foi dita inúmeras vezes aos funcionários que ouviam ainda outras frases do tipo "Você deve vestir a camisa da Funai." Tanto o cel. Nobre da Veiga, presidente do órgão, como o cel. Caldas, ex-diretor da Assessoria de Segurança e Informação, se encarregavam de transmitir esta nova orientação aos indigenistas.

Antes de completar um mês, a própria Funai foi procurar os demitidos, pois há um grande vazio em todos os departamentos, projetos atrasados, fazendeiros exigindo certidões negativas com urgência e postos abandonados, já que 21 foram demitidos de uma vez mas são 39 funcionários a menos desde maio, para uma administração que mal conhece a tarefa tendo tomado posse há apenas oito meses. Esta procura, entretanto, não demonstrava uma mudança nos rumos da política indigenista — reivindicação primeira dos indigenistas — mas uma forma de contornar o problema onde as condições eram impostas de maneira que eles se comprometessem através de um documento. O documento não compromete ninguém e a Funai não aceitou.